



Os PCN e as potencialidades didático-pedagógicas do cordel

Stélio Torquato Lima

*Departamento de Literatura, Curso de Letras, Universidade Federal do Ceará, Av. da Universidade, 2683, 60020-181, Fortaleza, Ceará, Brasil.
E-mail: profstelio@ufc.br*

RESUMO. O artigo analisa a importância da inclusão da literatura de cordel como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Essa análise tem como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, diretrizes organizadas pelo governo federal para orientar a ação pedagógica nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio. Nessa perspectiva, mostramos como a inclusão do cordel em sala de aula possibilita ao professor trabalhar novas habilidades e novos saberes junto aos alunos, incluindo a superação de preconceitos de ordem linguística e cultural.

Palavras-chave: literatura popular, ensino-aprendizagem, materiais didáticos.

PCN and didactic and pedagogical potentialities of the string literature

ABSTRACT. This paper analyzes the importance of including string literature as an auxiliary tool in the teaching-learning process. This analysis has reference to the Parâmetros Curriculares Nacionais (National Curriculum Parameters) – PCN, a guidelines organized by the federal government to guide the pedagogical action in elementary and high Brazilian schools. From this perspective, we show how the inclusion of the string literature in classrooms allows the teacher to work on new skills and new knowledge close to the students, including the overcoming of linguistic and cultural prejudices.

Keywords: folk literature, teaching and learning, instructional tools.

Introdução

Por muito tempo, predominou no meio acadêmico certo desinteresse pela produção popular, que era vista como algo destituído de valor estético e de profundidade intelectual. Tratava-se, no fundo, da perpetuação de um distanciamento sedimentado na Idade Média entre a cultura popular e a erudita, entre a ‘alta’ e a ‘baixa’ cultura. Em eras pretéritas, como explica Luyten (2007), esse litígio resultou na marginalização das obras literárias identificadas com as camadas populares: sem o apoio de uma elite intelectual, que detinha o poder de chancela sobre o que era produzido pelos escritores, e sem o acesso ao aparato tecnológico que permitia a publicação em larga escala das obras, o povo viu sua produção literária cada vez mais relegada a um espaço afastado do meio em que circulava a ‘alta’ literatura.

Nesse contexto marginalizante, a relação da elite intelectual com a literatura popular foi marcada historicamente pelo preconceito. É o que destaca Guerreiro (1983), apontando como exemplo a censura que o trovador português Martim Soares faz a um colega na primeira metade do século XIII, acusando os cantares deste de agradarem ao ‘público popular’, e não ‘aos trovadores e às damas’. Não distante dessa linha de

pensamento, o Marquês de Santilana, no século XV, critica os ‘ínfimos’ que “[...] fazem estos romances e cantares de que las gentes de baxa e servil condición se alegran” (SANTILANA, apud GUERREIRO, 1983, p. 26).

A escola, infelizmente, incorporou esse preconceito em relação às obras da cultura popular. Ao determinar, por exemplo, os livros que mereciam o atributo de ‘obra clássica’, ou seja, que eram dignos de serem estudados em classe, a escola encarregou-se durante muito tempo de manter distante dos alunos as obras populares.

No Brasil, autores como Silvio Romero (2002) e Câmara Cascudo (1971) dedicaram várias pesquisas para demonstrar a riqueza da cultura popular e, mais especificamente, da literatura produzida pelos autores populares. Não obstante, foi principalmente a partir dos trabalhos de autores estrangeiros que produções como o cordel passaram a ser vistas com um olhar menos preconceituoso por parte da intelectualidade brasileira (ABREU, 1993).

De toda forma, convém destacar que o cordel vem ocupando a cada dia um lugar, dada a sua estreita ligação com maior espaço nas instituições de ensino, incluindo as universidades. Em consequência disso, ampliam-se as pesquisas em torno dessas produções populares, incluindo entre

essas investigações científicas alguns estudos que têm como recorte analítico a discussão sobre a importância do cordel como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Entre os analistas que já se detiveram nesse assunto, cabe citar os nomes de Hélder Pinheiro e Ana Cristina Lúcio (2001). Os dois pesquisadores não apenas defendem o uso do cordel como instrumento didático-pedagógico, como oferecem na obra *Cordel em sala de aula* (2001) uma série de sugestões metodológicas para explorar de forma mais eficiente a literatura de folhetos em sala de aula.

Também o professor Veríssimo de Melo, à guisa de prefácio de uma antologia do cordel, defende que

Outro papel importante exercido pela literatura de cordel diz respeito à sua função como auxiliar de alfabetização. Sabe-se que incontáveis nordestinos carentes de alfabetização aprenderam a ler por meio de folhetos. E, desta forma, cresce, gradativamente, o interesse de estudantes e educadores, em todo o Brasil, pela literatura de cordel para este fim e das muitas maneiras como o folheto pode ser utilizado em sala de aula (apud VIANA, 2010, p. 8).

É a partir dessa premissa que o presente artigo defende que a literatura de cordel pode ser uma importante ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Como é aqui mostrado, o cordel permite aos professores trabalharem novas habilidades e fortalecer alguns saberes sintonizados com as novas demandas educacionais. Para tanto, recorreremos à discussão de trechos dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, assim denominadas as diretrizes organizadas pelo governo federal para orientar a ação pedagógica nas escolas brasileiras de ensino fundamental e médio. Com vistas a tornar mais clara nossa abordagem da questão, o trabalho está estruturado para contemplar cada benefício que identificamos no que tange à inserção do cordel em sala de aula.

Cordel e diversificação textual

Em consonância com a Constituição Federal de 1988 e com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - foram elaborados para servirem de referência para o trabalho docente no âmbito dos ensinos fundamental e médio no Brasil. Assim, mais do que um conjunto de regras, os PCN sugerem caminhos para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, expressando os novos entendimentos em torno da ação pedagógica.

No que diz respeito à disciplina de Língua Portuguesa, por exemplo, os PCN enfatizam a importância dos textos no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita. Como defendem os PCN, os textos são instrumentos

[...] que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada (BRASIL, 1997a, p. 26).

E, mais do que essa clara opção pelos textos, os PCN defendem a necessidade de colocar

[...] à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia (...), ‘revistas de literatura de cordel’, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros (BRASIL, 1997a, p. 61, grifo nosso).

Portanto, já se pode acentuar aqui um primeiro benefício que a inserção da literatura de cordel na escola pode trazer para o processo de ensino-aprendizagem: contribuir com o processo de diversificação de textos, viabilizando “[...] o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, [ensinando] [...] a produzi-los e a interpretá-los” (BRASIL, 1997a, p. 26).

Ademais, considerando que o texto em folhetos é também um artefato estético, este possui marcas peculiares, entre as quais a plurissignificação e a desautomatização da linguagem (FIORIN; SAVIOLI, 1990; PROENÇA FILHO, 1995) e ainda oferece ao leitor observar estratégias criativas de trabalho dos autores com a linguagem. Por essa razão, os PCN afirmam que

É importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento. Essa variável de constituição da experiência humana possui propriedades compositivas que devem ser mostradas, discutidas e consideradas quando se trata de ler as diferentes manifestações colocadas sob a rubrica geral de texto literário (BRASIL, 1997a, p. 29).

Considerando ainda que o texto em cordel é escrito em versos, as formalizações estéticas que ampliam o conhecimento do aluno no trato com o idioma pátrio se revelam ainda mais profundas, haja vista que

No poema a linguagem recupera sua originalidade primitiva, mutilada pela redução que lhe impõem a prosa e a fala cotidiana. A reconquista de sua natureza é total e afeta os valores sonoros e plásticos tanto como os valores significativos. A palavra, finalmente em liberdade, mostra todas as suas entranhas, todos os seus sentidos e alusões, como um fruto maduro ou como um foguete no momento de explodir no céu. O poeta põe em liberdade sua matéria. O prosador aprisiona-a (PAZ, 1982, p. 28-29).

Soma-se a isso o fato de que o texto em versos possui uma dimensão lúdica e um componente de musicalidade ainda mais forte do que os textos em prosa. Além disso, a rima, a métrica e a sonoridade transformam o poema em um instrumento facilitador da memorização, auxiliando o aluno a reter o texto lido ou ouvido. Desse modo, não é sem razão que, como lembra Gustavo Barroso (1949),

[...] o ensino das crianças, na Grécia Antiga, começava pela poesia, por ser o meio mais fácil de guardar de memória, nessa época em que o livro era raro, a narração dos acontecimentos e o perfil dos homens nele envolvidos. Assim, pôde o povo grego conservar, carinhosamente, de cor, os admiráveis cantos dos rapsodos (BARROSO, 1949, p. 33).

Por fim, mas não menos importante, convém lembrar que os textos em versos há muito vêm sendo desprezados no dia-a-dia de sala de aula. Bittencourt (1997), por exemplo, ao aplicar um questionário junto a escolas públicas do Rio Grande do Sul, concluiu que apenas 6,4% dos textos trabalhados com os alunos em sala de aula eram em versos.

Esse desprestígio do texto poético em sala de aula pode ser explicado de várias formas, incluindo o despreparo dos professores em trabalharem com o texto em versos, haja vista que “[...] a leitura do texto poético tem peculiaridades e carece, portanto, de mais cuidados do que o texto em prosa” (PINHEIRO; BANBERGER, 2002, p. 23). Todavia, sendo superados esses obstáculos, certamente a inserção do cordel no processo de ensino-aprendizagem contribui para preencher essa lacuna que insiste em perdurar nas escolas de ensino fundamental e médio em nosso País.

Cordel e desenvolvimento de novas habilidades

Na obra *Educação de corpo inteiro*, João Batista Freire da Silva (1989) alerta sobre o risco de as escolas continuarem matriculando apenas a cabeça do aluno. Com essa declaração, o pesquisador chama a atenção para o fato de que, em regra, as grades curriculares de nossas escolas preocupam-se muito pouco com a educação corporal. Dessa forma, caberia às nossas instituições de ensino buscar a superação da dualidade corpo e mente, tendo em vista que estes “[...] devem ser entendidos como componentes que integram um único organismo. Ambos devem ter assento na escola” (SILVA, 1989, p. 13).

Abordando essa questão de um ângulo diverso, pode-se afirmar que, em geral, a escola limita bastante o rol de habilidades a serem trabalhadas em sala de aula. O que se observa comumente é que as escolas se preocupam quase que exclusivamente com o desenvolvimento do raciocínio lógico, relegando a um segundo plano algumas das habilidades contempladas pela Teoria das Inteligências

Múltiplas, de Howard Gardner (1995), entre as quais a inteligência espacial, a musical, a cinestésica, a interpessoal e a intrapessoal.

Os PCN fazem referências a várias habilidades que não são comumente trabalhadas em sala de aula. A criatividade, por exemplo, é citada várias vezes no corpo do documento em foco. Na introdução dos PCN de Língua Portuguesa, por exemplo, indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos

[...] sejam capazes de: questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a ‘criatividade’, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação (BRASIL, 1997a, p. 10, grifo nosso).

Já na apresentação dos PCN da disciplina Arte, mencionam-se duas outras habilidades que devem ser trabalhadas juntamente com os alunos: a sensibilidade artística e a fruição estética:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar e refletir sobre eles. Envolve, também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas (BRASIL, 1997b, p. 15).

Em nosso julgamento, o cordel, como produto artístico, pode contribuir bastante com a ampliação do leque de habilidades a serem trabalhadas em sala de aula. Incluem-se nesse rol as habilidades há pouco citadas – criatividade, sensibilidade artística e fruição estética. Isso decorre em muito de sua condição, já mencionada, de texto poético, uma vez que a poesia tem o poder de despertar junto aos alunos o

[...] Exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade e do mundo dos seres, o cultivo do humor (CANDIDO, 1995, p. 249).

Cordel e variações linguísticas

A oralidade é um traço marcante do cordel. O registro de palavras tal como são faladas pelo povo, a presença de provérbios, o uso de redundâncias ou elipses próprias da fala são algumas expressões dessa oralidade nos folhetos. Por essa razão, Martine Kunz (2007, p. 29) defende que a “[...] rima do cordel é feita para o ouvido e a memória, não para os olhos”, lembrando-nos de que, por muito tempo, uma massa expressiva de

analfabetos usufruíam do cordel apenas através de audições.

Importa destacar que essa característica remonta ao fato de que antes que o primeiro cordel fosse publicado já existia um cordel oral, o qual teve sua origem nas cantorias nordestinas. Nesse processo, tanto o uso das rimas quanto das redondilhas maiores serviam como recurso mnemônico, facilitando a memorização por parte dos ouvintes. Mas, mesmo quando o cordel passou a ser impresso, as marcas da oralidade permaneceram. Ou seja,

[...] a transposição gráfica não [implicou] [...] acesso completo ao universo da escrita, que, como se sabe, possui convenções e recursos próprios, em grande medida distintos daqueles característicos da oralidade (ABREU, 1993, p. 162).

Por outro lado, a presença da oralidade certamente ajuda a explicar por que o cordel esteve por tanto tempo afastado das salas de aula. É que, entendida como elemento de oposição à escrita, a oralidade esteve por muito tempo identificada com os analfabetos, ou seja, com quem não possuía as habilidades de ler e escrever. Ademais, privilegiando apenas a norma culta, os educadores selecionavam para a leitura apenas as obras que contribuíssem com o domínio da forma padrão de linguagem. É o que demonstra Zilberman (1999), ao listar os textos que eram normalmente lidos nas salas de aula brasileiras a partir do final do século XIX¹.

Em nossos dias, porém, não mais se sustenta esse preconceito para com a oralidade. Paul Zumthor, por exemplo, defende que

É inútil julgar a oralidade de modo negativo, realçando-lhe os traços que contrastam com a escrita. Oralidade não significa analfabetismo, o qual, despojado dos valores próprios da voz e de qualquer função social positiva, é percebido como uma lacuna (ZUMTHOR, 1995, p. 27).

De fato, os pesquisadores vêm acentuando a importância dos vários registros da linguagem. Bechara (2002), criticando a gramática normativa tradicional por ver a língua como algo homogêneo, e não como um conjunto de variantes dialetais, advoga a necessidade de o indivíduo tornar-se poliglota dentro da própria língua. Nessa mesma linha de pensamento, Paquette (apud BAGNO, 2001) mostra a insustentabilidade dos termos 'culto' e 'não-culto', uma vez que os falantes se utilizam de registros diferentes da língua de acordo com o contexto discursivo. Nesse cenário, no qual o

sociolinguista destaca a relevância das várias formas de dizer a língua, defende Cagliari (2002) que a

[...] língua portuguesa, como qualquer língua, tem o certo e o errado somente em relação à sua estrutura. Com relação a seu uso pelas comunidades falantes, não existe certo e errado linguisticamente, mas o diferente (CAGLIARI, 2002, p. 35).

Afinados com esse novo entendimento a respeito das variantes dialetais, os PCN de Língua portuguesa defendem que

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas (BRASIL, 1997a, p. 26).

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma 'certa' de falar - a que se parece com a escrita - e o de que a escrita é o espelho da fala - e, sendo assim, seria preciso 'consertar' a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (Cf. BRASIL, 1997a).

Portanto, os PCN, ao mesmo tempo em que afirmam a importância das variantes linguísticas como expressões da identidade, acentuam a necessidade de a escola reformular suas práticas no sentido de combater o preconceito linguístico. Dessa forma, os PCN mostram que cada variante linguística desempenha um papel de relevo de acordo com o contexto discursivo, cabendo à escola a tarefa de capacitar o aluno a escolher o registro mais ajustado a uma dada situação comunicativa. Ou seja,

A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. É saber coordenar satisfatoriamente o que falar e como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. É saber, portanto, quais variedades e registros da

¹Algo sintomático dessa rejeição à oralidade pode ser observado, por exemplo, na resistência que a personagem Chico Bento, criação de Maurício de Souza, sofreu por muito tempo por parte dos educadores. Reproduzindo o modo de falar do caipira, a personagem foi rejeitada por muitos professores, que afirmavam que as histórias do Chico Bento ensinavam as crianças a falarem errado.

língua oral são pertinentes em função da intenção comunicativa, do contexto e dos interlocutores a quem o texto se dirige. A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido (BRASIL, 1997a, p. 26).

No que diz respeito, em específico, à questão da oralidade, os PCN de Língua Portuguesa afirmam que

Não é papel da escola ensinar o aluno a falar: isso é algo que a criança aprende muito antes da idade escolar. Talvez por isso, a escola não tenha tomado para si a tarefa de ensinar quaisquer usos e formas da língua oral. Quando o fez, foi de maneira inadequada: tentou corrigir a fala “errada” dos alunos — por não ser coincidente com a variedade lingüística de prestígio social —, com a esperança de evitar que escrevessem errado. Reforçou assim o preconceito contra aqueles que falam diferente da variedade prestigiada (BRASIL, 1997a, p. 38).

Dessa forma, o cordel pode propiciar um trabalho interessante em sala de aula tanto em relação ao trabalho com a oralidade quanto em relação ao estudo de variantes linguísticas, ou mais propriamente, de variantes regionais. Nesse sentido, o cordel pode contribuir com a descoberta, pelo aluno, de novos vocabulários, formulações sintáticas, timbres etc., ajudando-o a ampliar seu conhecimento no tocante à diversidade linguística do português falado no Brasil. O cordel, assim, pode servir como um instrumento de combate ao preconceito linguístico, mostrando como cada variante que forma o mosaico linguístico brasileiro tem potencialidades expressivas na produção da beleza e na transmissão de saberes.

Cordel e pluralidade cultural

A inserção dos temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais teve como alvo trazer para o debate de sala de aula alguns assuntos importantes que não estão ligados a uma disciplina específica da grade curricular das escolas. Trata-se de questões como meio ambiente, pluralidade cultural, ética e saúde, os quais devem ser abordados segundo uma perspectiva interdisciplinar. Ademais, os temas transversais também se ocupam da valorização de questões locais ligadas ao entorno do aluno. Assim, o

[...] currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos (BRASIL, 1997c, p. 25).

Considerando a frequência com que os cordelistas discutem em suas obras os assuntos enfeitados nos PCN sob o rótulo de temas transversais universais, ratifica-se mais uma vez a

importância do uso do cordel como ferramenta auxiliar de ensino-aprendizagem, pois o cordel há muito vem trabalhando questões como o meio ambiente, a ética, além de defender a importância da pluralidade cultural.

Por outro lado, centrando o foco na importância do cordel para a discussão de temas locais, os quais

[...] pretendem contemplar os temas de interesse específico de uma determinada realidade a serem definidos no âmbito do Estado, da cidade e/ou da escola (BRASIL, 1997c, p. 28),

importa ressaltar que a literatura de cordel manteve sempre o vínculo com a região que lhe serviu de berço. Em estreito diálogo com o contexto sócio-histórico e cultural em que se desenvolveu, o cordel expressa a visão de mundo do nordestino, transforma as demandas existenciais da população do semiárido em temas centrais, transforma em personagens indivíduos identificados com o povo sofrido do sertão:

A virtuosidade e o talento dos poetas populares do Nordeste brasileiro eclodiram e persistem nessa região cuja cronologia é a das secas e das inundações, das grandes fomes históricas, ou das fomes mudas, cotidianas e crônicas, onde o analfabetismo e o subdesenvolvimento econômico sustentam-se um ao outro, onde a fome de pão muda-se em fome de vida e a espontaneidade poética parece nascer da dificuldade de sobreviver (KUNZ, 2001, p. 60).

De fato, a luta contra as secas e a fome, o mandonismo dos coronéis, o sofrimento dos menos favorecidos etc. não são apenas referências de um Nordeste ainda em luta consigo mesmo com vistas ao seu pleno desenvolvimento; são, também, as marcas de uma literatura ao mesmo tempo rústica e singela, que entretém ao mesmo tempo em que questiona as causas da opressão do povo. Nesse pormenor, Diegues Júnior (apud LOPES, 1983) enfatiza o contexto sócio-histórico nordestino como fator decisivo para o surgimento da literatura de cordel:

No Nordeste, por condições sociais e culturais peculiares, foi possível o surgimento da literatura de cordel, de maneira como se tornou hoje em dia característica da própria fisionomia cultural da região. Fatores de formação social contribuíram para isso; a organização da sociedade patriarcal, o surgimento de manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas provocando desequilíbrios econômicos e sociais, as lutas de família deram oportunidade, entre outros fatores, para que se verificasse o surgimento de grupos de cantadores como instrumento do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular (DIEGUES JÚNIOR apud LOPES, 1983, p. 12).

Dessa forma, servindo como veículo de expressão de elementos da cultura exprimindo elementos da região nordestina, a literatura de cordel estampa os traços basilares de uma visão e de um conhecimento acumulado pelas camadas populares, argutamente captados pelo folclorista Câmara Cascudo em obras como *Tradição, ciência do povo* (1971). Ou seja, os cordéis retratam a cosmovisão popular nordestina, a religiosidade popular, as superstições, a medicina popular das ervas, os métodos e as ferramentas de trabalho, etc., constituindo um repositório de saberes dignos de serem conhecidos como qualquer outro:

No âmbito da denominada literatura de cordel há (denominação recente, uma vez que o povo e os poetas não usavam esta terminologia), toda uma riqueza de versos, de imagens, de revelações do modo de ser de um povo que vem sendo lentamente descoberta e devidamente valorizada. São experiências humanas e artísticas que, durante séculos, estão à margem da literatura erudita e são, além de desconhecidas por milhares de estudiosos e professores, totalmente ausentes dos grandes compêndios de história da literatura brasileira (PINHEIRO, 2008, p. 35).

A partir desse entendimento, vê-se que a condição do cordel como repositório de saberes e culturas ligadas com o Nordeste pode contribuir para que seja atingido, por parte dos alunos, uma das metas que os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino, a saber:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997c, p. 9).

Dito de outro modo: dada a estreita ligação do cordel com o contexto sociocultural nordestino, a literatura de folhetos pode ocupar um lugar importante em sala de aula tanto por oferecer ao aluno do Nordeste um espaço de reflexão sobre a própria cultura, quanto por propiciar aos alunos de outras regiões uma percepção da rica diversidade cultural brasileira.

Considerações finais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, em sintonia com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, expressam as novas concepções sobre o fazer pedagógico. Isso inclui uma nova relação entre os atores sociais do processo de ensino-aprendizagem, uma preocupação em ampliar o rol de

habilidades a serem desenvolvidos junto aos alunos pela escola, uma valorização do conhecimento prévio do aluno, um interesse em estreitar os laços entre escola e sociedade na promoção da cidadania etc.

Em sala de aula, as novas percepções sobre o ensino-aprendizagem impõem uma quebra constante de paradigmas e superação de preconceitos. No plano da linguagem, por exemplo, significa substituir a velha noção de certo/errado pela ideia de adequado/não-adequado. Da mesma forma, a oralidade passa a ser valorizada, deixando de ser vista como elemento associado ao analfabetismo e em oposição à escrita. Ou seja, o aluno é estimulado a entrar em contato com os vários registros do idioma pátrio, habilitando-se a selecionar o registro mais adequado a uma dada situação comunicativa.

Como vimos neste artigo, textos tradicionalmente marginalizados pela escola passam a ser agora valorizados como repositórios de linguagens, cosmovisões e expressões culturais que são potencialmente úteis na tarefa de ajudar a expandir os saberes e os horizontes perceptivos dos alunos. Nesse processo, a literatura de cordel se revela bastante interessante no que tange à diversificação textual, ao trabalho com artefatos estéticos, ao contato com a oralidade, ao exercício da criatividade, à percepção da riqueza e à pluralidade cultural brasileira.

Para o aluno das escolas do Nordeste, onde o cordel se sedimentou, o cordel é uma ferramenta de debate da identidade, levando ao aluno o contato com as suas raízes culturais. Aos alunos de outras regiões, principalmente naquelas em que o cordel é menos conhecido, a literatura de folhetos traz aos estudantes uma percepção de uma cultura riquíssima, patrocinando assim a pluralidade cultural.

Assim, sem termos esgotado a lista de benefícios que o cordel pode trazer para o processo de ensino-aprendizagem, trouxemos aqui nossa contribuição para ampliar ainda mais a utilização dessa importante expressão da cultura popular. Ademais, não é demais lembrar que o cordel, com sua dimensão lúdica, musicalidade, humor etc., revela-se um instrumento que sempre encanta, ao mesmo tempo em que alarga o entendimento do pequeno leitor. Portanto, não exagera o poeta popular Arievaldo Viana ao dizer poeticamente que

Os doze Pares de França
Batalhas de Ferrabrás,
História de Pedro Cem,
As queixas de Satanás,
Tudo em linguagem correta
Como A História Completa
Do Herói João de Calais.

São histórias fascinantes
Que as escolas devem ter,
onde os estudantes podem
Pesquisar e aprender.
Em cada biblioteca
deve ter a Cordelteca,
outra fonte de saber.

O cordel contém ciência,
Matemática, astrologia,
Noções de física, gramática,
de história e geografia.
Em linguagem popular,
o cordel pode narrar
Tudo isso em poesia (VIANA, 2010, p. 10).

Referências

- ABREU, M. A. **Cordel português/folhetos nordestinos: confrontos - um estudo histórico comparativo**. 1993. 373f. Tese (Doutorado em Teoria Literária)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- BAGNO, M. A. **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.
- BARROSO, G. **Ao som da viola**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.
- BECHARA, E. **Ensino de gramática: opressão? liberdade?** 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.
- BITTENCOURT, G. N. S. O ensino de literatura no 2º grau: a ótica do professor e do aluno. **Revista Niterói**, n. 2, p. 259-275, 1997. (1º semestre).
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997a.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Arte**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997b.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: Temas transversais/Ética**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1997c.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
- CÂMARA CASCUDO, L. **Tradição, ciência do povo: pesquisas na cultura popular do Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CANDIDO, A. O direito da literatura. In: CANDIDO, A. (Ed.). **Vários escritos**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 1990.
- GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GUERREIRO, M. V. **Para a história da literatura popular portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983. (Biblioteca Breve; Série Literatura, 19).
- KUNZ, M. **Cordel: a voz do verso**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias, v. 6).
- KUNZ, M. Cordel, criação mestiça. **Revista Cultura Crítica**, n. 6, p. 26-32, 2007. (2º semestre).
- LOPES, R. **Literatura de cordel: antologia**. 2. ed. rev. Fortaleza: BNB, 1983.
- LUYTEN, J. M. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Primeiros Passos, 317).
- PAZ, O. **O arco e a lira**. Tradução Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (Logos).
- PINHEIRO, J. H. Tesouros da poesia popular para crianças e jovens. **Boitatá - Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL**, n. 5, p. 34-44, 2008.
- PINHEIRO, J. H.; BANBERGER, R. **Poesia na sala de aula**. 2. ed. João Pessoa: Idéia, 2002.
- PINHEIRO, J. H.; LÚCIO, A. C. M. **Cordel na sala de aula**. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- PROENÇA FILHO, D. **A linguagem literária**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Princípios, v. 49).
- ROMERO, S. **Contos populares do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Landy, 2002. (O original é de 1883).
- SILVA, J. B. F. **Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1989.
- VIANA, A. **Acorda cordel na sala de aula: a literatura popular como ferramenta auxiliar na educação**. 2. ed. Fortaleza: Encaixe, 2010.
- ZILBERMAN, R. Leitura literária e outras literaturas. In: BATISTA, A. A. G.; GALVÃO, A. M. O. (Ed.). **Leitura: práticas, impressos, letramentos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 71-97.
- ZUMTHOR, P. **Introdução à poesia oral**. Tradução Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Hucitec, 1995.

Received on April 10, 2012.

Accepted on July 20, 2012.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited